

ANTIGUINHO

Edição Especial
Literacia Financeira

31.10.2026
Dia Mundial da Poupança

ALUMNI associação universidade de aveiro

www.aaaua.pt

Diário de Aveiro

Este suplemento é parte integrante do Diário de Aveiro.
Não pode ser vendido separadamente.

Editorial

Comunidade de Antigos Alunos: serviço à comunidade

Após a edição especial no âmbito do 35.º aniversário da Associação de Antigos Alunos da Universidade de Aveiro (AAAUA), o Antiguinho está de volta com a 32.ª edição, na sua publicação anual dedicada exclusivamente ao tema da literacia financeira. Tendo o 1.º lançamento sido realizado em 15 de março de 1991, pensamos que 35 anos de história deste jornal deveriam ser direcionados à sociedade, analisando um tema de relevância, em contexto de verdadeiro serviço público.

A AAAUA tem vindo a tratar esta matéria, em seminários anuais, desde 11 de novembro de 2023, privilegiando a sua abordagem numa simbiose entre o que de melhor a Universidade de Aveiro (UA) dispõe, com avalizada opinião de especialistas da sociedade civil, em instituições de referência a nível nacional e internacional. É assim, com naturalidade, que surge esta edição especialmente dedicada à literacia financeira.

Coligir numa única publicação artigos institucionais do reitor da UA, dos secretários de Estado da Economia, João Rui Ferreira, e do Ensino Superior, Cláudia Sarrico, e dos presidentes da Câmara Municipal de Aveiro e de Águeda, a que se junta a deputada ao Parlamento Europeu, Lídia Pereira, e o gestor sénior do Mecanismo Europeu de Estabilidade, sediado no Luxemburgo, Carlos Martins, constitui um motivo de privilégio maior, tanto mais que cinco dos sete referidos titulares de cargos de primordial importância são antigos alunos da Universidade de Aveiro.

Ademais, esta edição conta com dois artigos da administradora do Banco de Portugal, Francisca Guedes de Oliveira, e da vice-presidente da CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Inês Drumond, personalidades cujo trabalho e conhecimento nesta área são notáveis e que já nos haviam dado a honra de participar nos seminários de literacia financeira de 2024 e 2025, respetivamente, em representação das principais instituições de supervisão nacionais.

Este número apresenta, concomitantemente, a matriz da Universidade de Aveiro neste campo com a partilha do trabalho do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (ISCA-UA) e da sua rede ISCA Corporate Network, que aliamos com uma entrevista de Cristiana Cerqueira Leal, docente na Escola de Gestão da Universidade do Minho. Refletimos também num pensamento de proximidade, tantas vezes de aconselhamento e apoio aos cidadãos, com o artigo do presidente da União de Freguesias da Glória e Vera Cruz.

E assim cumpre a Associação de Antigos Alunos da Universidade de Aveiro o seu preceito estatutário de promoção da Universidade, com trabalho num tema decisivo na atualidade para indivíduos, famílias, empresas e organizações, contribuindo com valor acrescentado para a sociedade civil, num serviço de ligação ao território, à sua população e instituições. É precisamente neste domínio de interação que perspetivamos o desenvolvimento da Associação, conscientes da importância do conhecimento e da sua partilha com as pessoas, em formatos de difusão abrangentes e concebidos estrategicamente para, pela sua qualidade e clareza, se poderem tornar úteis e significativos para os cidadãos, as organizações e as empresas. Consideramos que promover a literacia financeira contribui para capacitar as pessoas para tomarem decisões informadas e inteligentes, incluindo opções sobre como poupar, investir, fazer empréstimos, pagar dívidas, e até mesmo utilizar cartões de crédito ou planear a reforma. Esta relevância ajuda também a fomentar o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, porquanto ter conhecimentos sobre este tema contribui para a inclusão e a promoção da igualdade.



Como escreveu Benjamin Franklin, «Um investimento em conhecimento paga os melhores juros». Uma ideia que permanece particularmente atual e que encontra eco na missão da comunidade de antigos alunos da Universidade de Aveiro: valorizar o conhecimento ao longo da vida, promover a partilha de experiências e contribuir para uma sociedade mais informada, consciente e preparada para decidir.

Investir em literacia financeira é, inegavelmente, investir no futuro de cada pessoa e no bem-estar coletivo.

Pedro Oliveira
Presidente da AAAUA

FICHA TÉCNICA

Paginação: Diário de Aveiro
Edição: xxxxx
Capa: xxxxxxx
Revisão: xxxxxxxxxx

Tiragem: Inserida no Diário de Aveiro
Antiguinho n.º 3xx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
31 outubro de 2026

Literacia financeira: conhecimento para decidir



Luís Souto de Miranda *

Falar de literacia financeira é falar de conhecimento, mas também de autonomia, responsabilidade e capacidade de tomar melhores decisões.A literacia financeira não se resume a saber fazer contas. É saber planear, avaliar opções, compreender riscos e tomar decisões conscientes, adequadas às circunstâncias de cada pessoa e de cada família.

É uma competência que deve começar a ser construída desde cedo e que deve acompanhar-nos ao longo da vida.

É também por isso que considero particularmente relevante esta iniciativa da Associação dos Antigos Alunos da Universidade de Aveiro, que, desde 2023, promove o Seminário Anual de Literacia Financeira e assinala, através do *Antiguinho*, esta temática junto da comunidade.

Tenho uma ligação muito especial à Universidade de Aveiro, primeiro como estudante e, mais tarde, como professor. É, por isso, com particular satisfação que vejo uma publicação ligada à comunidade de antigos alunos assumir também este papel de divulgação e de reflexão sobre um tema tão concreto e importante para a vida das pessoas.

O *Antiguinho* tem, aliás, uma característica que merece ser valorizada: é uma publicação que mantém vivo o vínculo entre quem passou pela Universidade de Aveiro, aproximando antigos alunos, a instituição e a comunidade. Esta edição especial dedicada à literacia financeira, acrescenta-lhe uma dimensão de serviço à sociedade, levando conhecimento e reflexão para além do espaço académico.

Também a Universidade e os seus antigos alunos podem desempenhar um papel importante na aproximação entre conhecimento e comunidade. A formação não termina quando concluímos um curso. O conhecimento que adquirimos deve continuar a ser partilhado e colocado ao serviço das pessoas e dos desafios do nosso tempo.

Num contexto financeiro cada vez mais complexo e digital, esta necessidade é ainda maior. Novas formas de pagamento, produtos financeiros e oportunidades de investimento coexistem com novos riscos. Ter acesso a informação credível e saber avaliá-la é uma forma de proteção e de exercício de cidadania.

Poupar continua a ser importante, mas poupar é também planear, definir prioridades e antecipar necessidades. Da mesma forma, gerir bem o dinheiro não significa apenas gastar menos, mas tomar decisões mais informadas e responsáveis.

Assinalar o Dia Mundial da Poupança e o Dia da Formação Financeira em Portugal é, por isso, uma boa oportunidade para reforçar uma mensagem simples: quanto maior for o nosso conhecimento, maior será a nossa capacidade de decidir.

É esse conhecimento, partilhado entre a Universidade, os seus antigos alunos e a comunidade, que esta iniciativa ajuda a promover.

* Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

Esta edição especial dedicada à literacia financeira, acrescenta-lhe uma dimensão de serviço à sociedade, levando conhecimento e reflexão para além do espaço académico

Literacia financeira: o papel das instituições de ensino superior



Artur Silva *

O Conselho Nacional de Supervisores Financeiros apresentou, em março, as orientações do Plano Nacional de Formação Financeira para 2026-2030. Entre os objetivos está o reforço da literacia financeira da população portuguesa, com particular atenção a dois públicos: crianças e jovens, através das escolas, e adultos, nas diferentes fases da vida.

Os dados ajudam a compreender esta aposta. No último Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa, realizado em 2023, apenas 48 por cento dos portugueses atingiram o nível considerado de conhecimentos financeiros básicos, bastante abaixo dos 58 por cento registados no conjunto dos países da OCDE.

São resultados que reforçam duas opções do Plano Nacional que considero particularmente importantes: começar cedo e assumir a literacia financeira como uma aprendizagem que se prolonga ao longo da vida.

Começar cedo é uma questão de equidade. Não faz sentido esperar pelo primeiro salário, pelo primeiro crédito ou investimento para aprender a lidar com questões financeiras. As famílias têm um papel insubstituível, mas nem todas dispõem dos mesmos conhecimentos, recursos ou experiências. A escola pode garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso a um património comum de conhecimentos e competências essenciais à sua autonomia.

Esta aprendizagem é hoje ainda mais exigente. Entre simuladores, aplicações, plataformas digitais, redes sociais e ferramentas de inteligência artificial, nunca tivemos tanta informação disponível. Já não basta ter acesso: é preciso saber interpretar e avaliar a informação, distinguir conhecimento de aconselhamento e compreender os interesses e riscos que lhe podem estar associados.

É neste contexto que o envolvimento do ensino superior, uma outra recomendação do plano, ganha particular relevância. A parceria entre os supervisores financeiros e o Ministério da Educação, Ciência e Inovação prevê a capacitação de estudantes e docentes do ensino superior para desenvolverem sessões nas escolas e o reforço da literacia financeira na formação dos futuros professores.

Se queremos uma intervenção consistente e duradoura, temos de preparar quem ensina. As Instituições de Ensino Superior (IES) podem acrescentar ainda conhecimento especializado, investigação, avaliação do impacto das intervenções e capacidade para fazer esse conhecimento circular.

A Universidade de Aveiro (UA) tem procurado ter um papel ativo neste esforço, com a promoção de várias iniciativas, com especial destaque para algumas delas. No contexto da reformulação da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento e do reforço da literacia financeira nos ensinos básico e secundário, estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da UA (ISCA-UA) têm dinamizado sessões junto de crianças e jovens nas escolas. A intervenção estende-se a outros públicos, através do Gabinete Extrajudicial de Apoio ao Consumidor Endividado (GEACE-UA), de iniciativas de divulgação como o *"Minuto Financeiro"* e sessões práticas promovidas pelo ISCA-UA e o Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo.

Também a Associação de Antigos Alunos da Universidade de Aveiro tem desempenhado um papel que importa reconhecer. Desde 2023, promove um seminário anual de literacia financeira, que chega este ano à quarta edição, aproximando especialistas e cidadãos. Este suplemento, publicado no Dia Mundial da Poupança, é mais um contributo para esse trabalho.

A literacia financeira não aumenta rendimentos, mas proporciona instrumentos para compreender opções, avaliar riscos e consequências e tomar decisões mais informadas, independentemente da nossa realidade socioeconómica.

As IES têm condições únicas para contribuir para este esforço, através de conhecimento especializado, da investigação, da formação e da proximidade às novas gerações. Mobilizar estes recursos para alargar o acesso à literacia financeira é também uma forma de cumprir a sua missão.

* Reitor da Universidade de Aveiro

A Universidade de Aveiro (UA) tem procurado ter um papel ativo neste esforço, com a promoção de várias iniciativas, com especial destaque para algumas delas

Literacia financeira: conhecimento que se multiplica



Cláudia Sarrico *

Saber gerir dinheiro, compreender as consequências das decisões económicas e fazer escolhas conscientes, pensando também no futuro, são competências fundamentais para a vida adulta e para a participação em sociedade. E quanto mais cedo começarmos a desenvolvê-las, mais preparados estaremos para enfrentar os desafios que se colocam ao longo da vida.

É por isso que a literacia financeira deve começar cedo, para dar aos cidadãos instrumentos que lhes permitam compreender melhor as escolhas com que se irão confrontar: gerir um orçamento, planear uma poupança, compreender o custo do crédito, reconhecer riscos ou distinguir informação fiável.

O ensino superior tem um importante contributo a dar neste caminho. As universidades não existem apenas para formar estudantes e produzir conhecimento: têm também a responsabilidade de o colocar ao serviço da sociedade. A literacia financeira é um bom exemplo de como essa missão pode ganhar forma concreta.

Ontem, por ocasião do Dia Mundial da Poupança, estudantes e docentes do ensino superior voltaram às escolas para falar com alunos do ensino básico e secundário sobre poupança e literacia financeira. É o segundo ano desta iniciativa, lançada em 2025 pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação, em parceria com o Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

No ano passado, esta mobilização envolveu 46 instituições de ensino superior, cerca de 650 estudantes e 200 docentes, que realizaram perto de 600 sessões em escolas de todo o país, num só dia. A continuidade da iniciativa em 2026 mostra que queremos transformar esta mobilização numa relação cada vez mais próxima entre o ensino superior e as escolas.

Há um enorme potencial nesta ligação. Quando estudantes do ensino superior partilham aquilo que aprenderam com alunos mais novos, o conhecimento multiplica-se. Quem ensina é também desafiado a explicar conceitos, adaptar a linguagem e perceber como o conhecimento adquirido pode ter impacto além da sala de aula. E as instituições de ensino superior reforçam uma dimensão essencial da sua missão: a abertura à sociedade.

É este caminho que queremos aprofundar. O Plano Nacional de Formação Financeira 2026-2030 reforça a cooperação entre o Ministério da Educação, Ciência e Inovação e o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Entre as medidas previstas estão novos materiais pedagógicos, a formação de professores e a dinamização de uma bolsa de formadores envolvendo também estudantes e docentes do ensino superior. Para os estudantes de Educação, está igualmente previsto o desenvolvimento de um módulo de literacia financeira destinado às Escolas Superiores de Educação, com vista à sua integração na formação inicial de docentes.

Promover a literacia financeira é, no fundo, reforçar a autonomia. É preparar cada pessoa para avaliar alternativas, antecipar consequências e tomar decisões de forma mais informada e responsável. E é também contribuir para uma sociedade mais preparada, equilibrada e sustentável.

Quando o conhecimento sai das nossas universidades e chega às escolas, ganha uma nova dimensão. Forma cidadãos mais preparados, aproxima instituições e comunidades e mostra, de forma muito concreta, como o ensino superior pode contribuir para preparar melhor as próximas gerações para as decisões do futuro.

* Secretária de Estado do Ensino Superior

O Plano Nacional de Formação Financeira 2026-2030 reforça a cooperação entre o Ministério da Educação, Ciência e Inovação e o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros

Diário de Aveiro

ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO

Antiguinho

Porquê, como e para quê poupar

Jorge Almeida
Presidente da Câmara Municipal de Águeda



Diz o povo, na sua sabedoria, que "no poupar é que está o ganho" e que "grão a grão enche a galinha o papo". Provérbios que transmitem uma ideia essencial: a de que precisamos pensar cuidadosamente na forma como gerimos e gastamos o nosso dinheiro.

Hoje, em que se assinala o Dia Mundial da Poupança e o Dia da Formação Financeira em Portugal, somos levados a refletir sobre o que está na raiz de expressões como estas. Num tempo em que somos constantemente incentivados a consumir, em que o crédito está à distância de poucos cliques e em que as decisões financeiras são cada vez mais complexas, saber gerir o dinheiro é uma competência essencial para a vida.

Neste contexto, a (in)formação financeira deixou de ser um conhecimento reservado a especialistas. É uma ferramenta de autonomia, de prevenção e de liberdade. Poupar significa, antes de mais, conhecer os nossos recursos, distinguir o que são as nossas necessidades efetivas do que é aquilo que desejamos. Significa planear despesas e criar condições para enfrentar imprevistos. Mesmo pequenas poupanças podem representar uma margem de segurança importante quando surgem despesas inesperadas ou períodos de maior dificuldade. Mas a literacia financeira vai mais longe do que aprender a poupar. Significa compreender um contrato de crédito antes de o assinar, perceber uma taxa de juro, comparar serviços, avaliar riscos e procurar informação credível antes de tomar uma decisão.

É, no fundo, aprender a fazer escolhas conscientes.

Esta aprendizagem deve começar cedo. Família e escola têm um papel fundamental na preparação das novas gerações para uma realidade em que o dinheiro é cada vez mais digital e em que consumir, contratar ou investir pode acontecer instantaneamente. Mas também as autarquias podem desempenhar um papel relevante. Os municípios estão próximos das populações e conhecem, de forma particularmente concreta, os desafios económicos enfrentados pelas famílias, pelos jovens, pelos idosos, pelos pequenos comerciantes e pelos empreendedores.

Existe ainda uma dimensão de literacia financeira que diz respeito à própria relação dos cidadãos com a administração local. Compreender de onde vêm as receitas municipais, como são utilizados os recursos públicos, o que representa um orçamento municipal ou porque são tomadas determinadas opções de investimento contribui para uma cidadania mais informada e participativa. Não cabe apenas a cada cidadão gerir melhor os seus recursos. Família, escola, instituições, empresas, Estado e autarquias podem contribuir para que as sociedades e as nossas populações estejam cada vez mais preparadas para tomar decisões financeiras conscientes. Saber gerir melhor o dinheiro é importante, mas não elimina problemas como baixos rendimentos, custo da habitação ou aumento do custo de vida. A formação financeira é uma ferramenta que pode complementar, e não substituir, as políticas sociais e económicas necessárias para responder a esses desafios. Neste Dia Mundial da Poupança e Dia da Formação Financeira, mais do que uma data no calendário, talvez a melhor mensagem seja precisamente esta: **poupar é importante, mas compreender é fundamental.** Saber porquê, como e para quê poupar. No fundo, o velho ditado continua atual. "**No poupar é que está o ganho.**" E esse ganho não se mede apenas em euros. Mede-se também em autonomia, em segurança, em capacidade de escolha e preparação para o futuro. Cada um de nós ganha com isso e a sociedade também. Todos, todos, todos.

«Autonomia para **decidir sobre o próprio dinheiro**»

Antiguinho: Tem defendido que a literacia financeira é uma questão de liberdade individual e de proteção dos cidadãos. O que significa, na prática, ser financeiramente literado hoje? E que competências considera indispensáveis que um jovem tenha quando entra no mercado de trabalho?

Lídia Pereira: Hoje, apenas 18 por cento dos europeus têm um nível elevado de literacia financeira, um número alarmante. Ser financeiramente literado é ter autonomia para decidir sobre o próprio dinheiro, compreendendo conceitos como a inflação, os juros compostos ou a relação entre risco e rentabilidade. Quem os domina faz melhores escolhas financeiras e está menos exposto ao risco. Um jovem que começa a trabalhar deve saber ler o seu recibo de vencimento, definir um objetivo de poupança mensal e pensar, desde cedo, na reforma. É esta preparação que lhe dá mais liberdade e oportunidades.

Defende que a literacia financeira deve começar nas escolas e prolongar-se ao longo da vida. O que é que está a falhar, atualmente, nos sistemas educativos europeus - e, em particular, em Portugal - para que esta preparação ainda seja insuficiente?

Falha a continuidade. A literacia financeira depende, muitas vezes, da boa vontade de alguns professores, sem lugar estável nos currículos nem formação adequada para quem ensina. Em Portugal, o Plano Nacional de Formação Financeira é um bom ponto de partida, mas é preciso levá-lo a todas as escolas. E a escola não basta: a aprendizagem deve acompanhar momentos decisivos, como o primeiro emprego, a compra de casa ou a reforma.



Lídia Pereira, deputada do Parlamento Europeu

O seu relatório dá uma atenção particular aos chamados "finfluencers". Como se pode distinguir entre alguém que democratiza o acesso à informação financeira e alguém que, através das redes sociais, está efetivamente a promover produtos ou investimentos sem transparência suficiente?

Muitos "finfluencers" fazem um trabalho notável, levando a literacia financeira a públicos que a educação formal não alcança. Há, porém, uma diferença clara entre quem informa e quem usa a "educação financeira" como fachada para promover produtos especulativos. Alguns sinais de alerta: promessas de retornos rápidos ou garantidos, ausência de referências ao risco e seguidores encaminhados para grupos privados. Um verdadeiro educador dá ferramentas para decidir, não empurra investimentos. Esta distinção não pode, contudo, recair apenas sobre o consumidor: as plataformas devem identificar publicidade não declarada e remover rapidamente conteúdos fraudulentos

Uma das propostas passa por maior transparência nas parcerias comerciais e por um selo europeu voluntário para criadores de conteúdos financeiros. Até que ponto acredita que estas medidas conseguem proteger os consumidores sem limitar o acesso à informação ou a liberdade de expressão nas redes sociais?

O objetivo é promover uma partilha de conhecimento responsável, preservando a criatividade e o alcance dos criadores. Muitos conteúdos financeiros chegam encapotados em parcerias comerciais. Ora, o consumidor tem direito a saber quando está perante publicidade. Exigir transparência é, acima de tudo, proteger quem consome. É precisamente nesse espírito que surge o selo europeu voluntário: não uma licença para publicar, mas uma distinção de confiança, atribuída a quem cumpre critérios de transparência e qualidade. Atuamos pela positiva: ajudamos o público a identificar fontes credíveis, sem impor barreiras a quem quer informar.

A fraude financeira "online", o "phishing" e as falsas promessas de elevado retorno financeiro têm ganho espaço num ambiente cada vez mais digital. Deve a literacia financeira assumir também uma dimensão de cibersegurança e de proteção contra a fraude?

Sem dúvida. A literacia financeira, hoje, é também literacia digital: saber reconhecer "phishing", proteger os dados bancários, desconfiar de burlas geradas por inteligência artificial e avaliar criticamente o que se lê nas redes sociais. Por isso defendo uma abordagem integrada.

Se tivesse de escolher a principal medida para melhorar significativamente a literacia financeira dos portugueses nos próximos cinco anos, qual seria - e como mediremos se essa medida realmente funcionou?

Tornaria a literacia financeira parte obrigatória do percurso escolar, com professores formados para a ensinar. Para medir o impacto desta e de outras medidas, Portugal deve continuar a participar em avaliações regulares e comparáveis, como é o caso dos testes PISA da OCDE, que avaliam a literacia financeira dos alunos de 15 anos, e nos inquéritos do Banco de Portugal à população adulta. Nos últimos testes PISA relativos a esta temática, em 2022, ficámos próximos da média da OCDE; o objetivo agora é superá-la.

No que respeita ao nível de literacia financeira, e tendo em conta a sua experiência pessoal e de contacto próximo com outras realidades, que países europeus daria como exemplo a seguir nesta temática em termos de políticas públicas?

Os Países Baixos são uma referência, com uma plataforma nacional que junta Estado, setor financeiro e escolas. A Dinamarca e a região da Flandres, na Bélgica, também se têm destacado, graças a uma aposta consistente no ensino. A lição é clara: quem integra esta matéria nos currículos e segue estratégias de longo prazo obtém melhores resultados.

Literacia financeira em tempos de incerteza: uma competência para a vida

Francisca Guedes de Oliveira
Administradora
do Banco de Portugal



Vivemos um período exigente para as famílias. A pandemia, a guerra na Ucrânia, a crise energética e as tensões geopolíticas tornaram a incerteza constante. Os efeitos sentem-se no supermercado, na energia, na habitação e nas prestações de crédito. Em setembro de 2026, a inflação homóloga em Portugal era estimada em 3,6 por cento e o Banco Central Europeu voltou a subir as taxas de juro. Para as famílias, porém, inflação significa comprar menos com o mesmo rendimento e tomar decisões mais difíceis.

É nestes momentos que a literacia financeira se torna essencial. Não significa necessariamente dominar produtos complexos, mas saber gerir um orçamento, distinguir necessidades de desejos, comparar alternativas, avaliar o custo efetivo de um crédito e criar, quando possível, uma reserva para imprevistos. Não elimina a inflação, a escassez de habitação ou a subida dos juros, mas ajuda a antecipar problemas, compreender riscos e reagir melhor a choques sobretudo quando a margem financeira é reduzida.

O orçamento familiar continua a ser a ferramenta mais simples e útil ao mostrar onde se concentra o esforço financeiro e permitindo antecipar compromissos. A poupança regular, mesmo pequena e se possível, reforça a resiliência. Em 2023, 67,6 por cento dos inquiridos diziam conseguir suportar uma despesa inesperada equivalente ao rendimento mensal sem empréstimos nem apoio familiar, mas muitos continuavam vulneráveis à perda de rendimento.

No crédito, a pergunta não deve ser apenas «consigo pagar hoje?», mas «continuarei a conseguir pagar se as condições mudarem?». Taxas de juro, rendimento e despesas podem variar ao longo de contratos extensos. Importa comparar TAEG, comissões, seguros, prazo e montante total, porque uma prestação menor pode esconder um custo final superior. O mesmo vale para a habitação, onde a compra de casa exige pagar impostos, condomínio, e outras despesas. Não basta apenas comparar a prestação com uma renda.

Portugal apresenta comportamentos financeiros positivos, mas os conhecimentos ainda precisam de melhorar. No inquérito OCDE/INFE de 2023, ficou em 13.º lugar entre 39 países no indicador global, mas apenas cerca de 48 por cento dos portugueses atingiram o nível mínimo de conhecimentos básicos. A educação deve, por isso, começar cedo e prolongar-se pela vida. O Plano Nacional de Formação Financeira, dinamizado pelos supervisores sob a marca Todos Contam, leva formação às escolas, locais de trabalho e grupos mais vulneráveis.

Formar financeiramente é também promover inclusão. Um erro pesa mais sobre quem vive com pouca margem, pelo que a informação deve ser rigorosa, simples e acessível.

De facto, podemos dizer que literacia financeira é autonomia. Não se trata de dizer às pessoas o que fazer com o seu dinheiro, nem que riscos devem correr, mas de lhes dar ferramentas para que possam fazer escolhas, proteger o seu futuro e exercer a sua liberdade.

Perante choques que não conseguimos prever, famílias mais informadas e capazes de planear estarão mais bem preparadas. É por isso que esta deve ser uma competência para a vida e um compromisso continuado do Banco de Portugal.

Literacia financeira: quando saber mais é também saber decidir

Inês Drumond
Vice-presidente
do Conselho de
Administração da CMVM



Nunca tivemos tanta informação ao nosso alcance, e a informação financeira não é exceção. À partida, poderíamos pensar que este acesso acrescido tornaria mais simples tomar decisões financeiras. Mas a realidade é mais complexa: num contexto de abundância de informação, saber identificá-la, compreendê-la e avaliá-la criticamente torna-se cada vez mais importante. É por isso que a literacia financeira assume hoje uma relevância acrescida e que a CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários tem vindo a colocá-la entre as suas prioridades de atuação. Porque ter mais literacia financeira não significa apenas saber mais: significa estar mais preparado para compreender a informação, avaliar as opções disponíveis e tomar decisões de forma mais consciente.

Durante muito tempo, a literacia financeira esteve, sobretudo, associada ao domínio de conceitos, como a inflação, os juros compostos, a diversificação ou a relação entre risco e retorno. E estes conceitos continuam a ser muito relevantes. Compreendê-los é essencial, mas não suficiente. Num mercado em que o acesso a produtos financeiros é cada vez mais fácil e a informação circula rapidamente, por vezes misturada com informação nem sempre rigorosa ou fiável, a verdadeira literacia financeira mede-se pela capacidade de transformar conhecimento em decisões financeiras mais informadas e fundamentadas.

Para avaliar o nível de conhecimentos financeiros e as tendências de investimento, a CMVM realiza regularmente inquéritos junto da comunidade universitária. A análise dos resultados constitui também uma importante ferramenta para acompanhar a evolução dos conhecimentos e comportamentos financeiros e identificar prioridades de atuação no domínio da literacia financeira. Em julho deste ano, foram divulgados os resultados do VI Inquérito CMVM/Universidades, relativo a 2025*. Numa amostra maioritariamente ligada ao meio universitário, 36,7 por cento dos respondentes consideram-se pouco ou nada conhecedores de mercados e produtos financeiros. Entre os respondentes com idade até aos 25 anos, esta proporção ultrapassa os 40 por cento. Os resultados mostram, assim, que há ainda um caminho importante a percorrer. Outro dado interessante mostra que a literacia financeira está associada a comportamentos financeiros mais informados e a uma maior capacidade para lidar com situações adversas: os respondentes que apresentam maiores conhecimentos financeiros informam-se mais frequentemente e revelam maior capacidade de poupança e maior resiliência financeira.

Mas há uma outra dimensão associada com a literacia financeira que merece atenção: a forma como nos relacionamos com o risco e com a possibilidade de perda. O inquérito de 2025 avaliou, pela primeira vez, uma nova vertente associada à aversão ao risco e/ou à perda dos respondentes. Os resultados mostram que os respondentes com maiores conhecimentos financeiros são, proporcionalmente, mais tolerantes ao risco financeiro, enquanto a aversão à perda é mais acentuada entre aqueles que apresentam menor literacia financeira. Verifica-se, em particular, que os respondentes que se identificam como mulheres, com mais de 40 anos e com baixos conhecimentos financeiros, são mais avessos ao risco financeiro e às perdas.

Isto não significa que saber mais nos deva levar a correr mais riscos. Significa, antes, que uma maior capacidade para compreender e avaliar o risco pode contribuir para decisões mais conscientes e menos condicionadas pelo desconhecimento. Podenos levar a aproveitar mais aquilo que o setor financeiro oferece, estando conscientes dos riscos que envolve, tornando-nos mais capazes de lidar com a incerteza e com a possibilidade de perda.

É precisamente aqui que reside, talvez, um dos principais desafios da educação financeira. Não basta explicar produtos ou transmitir conceitos. É necessário desenvolver capacidade crítica, ensinar a avaliar alternativas, compreender riscos, questionar a informação recebida e reconhecer os limites do próprio conhecimento.

Este desafio ganha especial relevância num ambiente tão digital como aquele em que vivemos. A este propósito, o mesmo inquérito mostra que os "finfluencers" e as redes sociais são considerados importantes ou muito importantes nas decisões de investimento por 15 por cento e 13,2 por cento dos respondentes, respetivamente. Estas fontes são, além disso, proporcionalmente mais valorizadas pelos mais jovens e, de acordo com os resultados do inquérito, por quem apresenta menores conhecimentos financeiros.

É neste contexto que reforçar a literacia financeira significa ir além da transmissão de conhecimento. Significa ajudar as pessoas a desenvolver as ferramentas necessárias para interpretar a informação a que acedem, avaliar alternativas, reconhecer riscos e questionar aquilo que lhes é apresentado. Em suma, reforçar o saber, mas também o saber decidir. Porque, num mundo em que temos cada vez mais informação ao nosso alcance, a qualidade das decisões depende cada vez mais da nossa capacidade para a compreender, avaliar e utilizar.

** Disponível em Resultados do Inquérito Online realizado pela CMVM/Universidades 2025.*

A verdadeira literacia financeira mede-se pela capacidade de transformar conhecimento em decisões financeiras mais informadas e fundamentadas

ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO

Antiguinho

Literacia Financeira: a importância da resposta às perguntas concretas



Bruno José Ferreira *

A literacia financeira é a capacidade de compreender conceitos financeiros básicos e utilizá-los para tomar decisões informadas sobre rendimentos, despesas, poupança, crédito, seguros e investimentos. Esta competência é particularmente importante para pessoas com rendimentos reduzidos, idosos, famílias em situação de vulnerabilidade económica e cidadãos que nunca tiveram oportunidade de adquirir conhecimentos nesta área. Uma pessoa pode conseguir poupar 20, 50 ou 100 euros por mês e, ainda assim, não saber qual a melhor forma de guardar esse dinheiro, protegê-lo ou fazê-lo render.

Ora, tendo em conta que a função de um executivo de uma junta de freguesia é também informar e esclarecer os seus fregueses, sou de opinião que a realização de uma sessão de esclarecimento à nossa comunidade permitiria responder a perguntas muito concretas:

Como constituir uma poupança, mesmo com um rendimento reduzido? É preferível deixar o dinheiro numa conta bancária ou constituir um depósito a prazo? O que são Certificados de Aforro e como funcionam? Qual é a diferença entre capital garantido e investimento com risco? O que é um Plano Poupança-Reforma (PPR) e quando pode compensar? Como funcionam os fundos de investimento e quais os riscos envolvidos? Que cuidados devemos ter perante propostas de rendimentos elevados ou promessas de ganhos garantidos? Como identificar burlas financeiras e proteger as nossas economias?

A resposta a estas questões pode contribuir para uma maior autonomia financeira, uma melhor gestão do orçamento familiar e uma redução da exposição a decisões precipitadas, produtos inadequados ou esquemas fraudulentos.

Para o efeito, estamos, desde já, disponíveis para, em parceria com a AAAUA, promover uma ação de esclarecimento sobre esta matéria, reunindo obviamente os meios e os recursos necessários para a divulgação e realização da mesma.

É na concreta resposta às dúvidas simples dos cidadãos que também se cumpre o papel deste executivo, em proximidade com os fregueses.

* Presidente da União de Freguesias de Glória e Vera Cruz

O dinheiro é um viajante no tempo



Carlos Eduardo Martins *

O dinheiro tem a particularidade de poder viajar no tempo. Não é preciso um DeLorean, como no "Regresso ao Futuro", basta um crédito à habitação para trazer dinheiro do futuro, e um PPR ou uma conta a prazo para enviar dinheiro para o futuro. Como em qualquer viagem, há um custo ou um benefício associado, que é a taxa de juro. No entanto, quando o dinheiro viaja no tempo, encontra quase sempre um vento contrário que é preciso vencer para avançar, senão fica parado ou até retrocede. É o efeito da inflação.

Trazer dinheiro do futuro

Pedir um empréstimo a um banco não é mais do que trazer para hoje dinheiro que só estará disponível amanhã. Uma família que adquire a primeira habitação com recurso ao crédito está, na prática, a antecipar rendimentos futuros, e o banco assume o risco da incerteza desses rendimentos, cobrando um "spread". O crédito não é um mal em si, mas a viagem não é gratuita, já que, quanto mais longínqua no tempo, maior será o custo acumulado de juros. A decisão racional deve, portanto, basear-se na escolha entre a utilidade do que se consome no presente e o custo dessa antecipação. Ou seja, pede-se ao "eu" do futuro que pague as férias, a casa ou o automóvel que o "eu" de hoje vai aproveitar.

Enviar dinheiro para o futuro

A viagem inversa é igualmente possível e consiste em poupar e investir, abdicando de consumir no presente para que o "eu" do futuro tenha mais.

Aqui, o tempo joga a favor do aforrador, graças aos juros compostos, em que o rendimento gerado num ano se acumulará ao capital no ano seguinte, passando também a render juros, e assim sucessivamente. Ou seja, o fator mais relevante não é necessariamente apenas o montante inicial, mas também o tempo e a taxa de juro. Por isso, quanto mais cedo se começar, melhor.

O passageiro clandestino das viagens no tempo

A inflação é, porém, um fator que corrói silenciosamente o valor do dinheiro ao longo do tempo. Uma nota de 20 euros de 2016 compra menos hoje e provavelmente comprará menos daqui a dez anos. Esta perda de poder de compra é silenciosa, mas empobrece discretamente aforradores e assalariados. Daqui decorre que não deverá ser apenas relevante quanto vai render uma poupança, mas antes quanto vai render acima da inflação. Um investimento que rende três por cento num ano em que os preços sobem três por cento apenas impede que se empobreça em poder de compra. Neste contexto, os depósitos a prazo são úteis para emergências e objetivos de curto prazo, mas, se forem a única componente do aforro durante décadas, as suas taxas ficam frequentemente abaixo da inflação. Poupar não é necessariamente equivalente a proteger.

O risco e o retorno devem andar de mãos dadas

Uma das regras fundamentais em finanças é a relação íntima entre risco e retorno. Em Portugal, todavia, a incoerência de muitas das famílias é gritante, já que, se por um lado há uma aversão cultural ao risco nos investimentos, por outro há uma enorme procura por jogos de azar (também apelidados de "imposto dos pobres"), onde o retorno esperado é extraordinariamente negativo. Em 2025, os portugueses gastaram mais de três mil milhões de euros nos jogos da Santa Casa e receberam menos 1,2 mil milhões do que apostaram. O jogador semanal do Euromilhões tem mais de 99 por cento de probabilidade de acabar o ano a perder.

Apenas como comparação, e sem constituir qualquer aconselhamento de investimento, desde 1970, as ações dos países desenvolvidos fecharam o ano a perder em cerca de um em cada quatro anos, mas essa probabilidade cai à medida que o horizonte de investimento se alarga. Com reinvestimento de dividendos, o índice de ações globais MSCI World rendeu cerca de dez por cento ao ano (5,9 por cento acima da inflação), o que significa que o investimento se multiplicou 217 vezes desde 1970. E uma das melhores formas de mitigar o risco é precisamente a diversificação, sendo que deixar o dinheiro parado é, por si mesmo, também um risco (de exposição à inflação), apenas mais discreto. E, no entanto, quase metade dos portugueses joga no Euromilhões, enquanto apenas uma pequena parte da população olha para os fundos de investimento como opção de poupança.

Literacia financeira não consiste em escolher ações ou fundos de investimento, nem em embarcar em modas, e muito menos em matemática complexa. É, essencialmente, perceber como funciona o relógio que mede o custo do dinheiro no tempo.

Ao contrário de Marty McFly, não é possível voltar atrás no DeLorean para emendar as decisões de ontem, mas é possível tomar hoje aquelas que o "eu" do futuro irá agradecer. E, como o dinheiro viaja no tempo, convém saber a que horas parte e em que estado chega.

A paciência, a consistência e a diversificação são, normalmente, recompensadas.

* "Principal Portfolio Manager" no MME - Mecanismo Europeu de Estabilidade (as opiniões expressas são pessoais, não vinculam o MEE e não podem ser consideradas como aconselhamento financeiro)



ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO
Antiguinho

Importância da literacia financeira para o bem-estar e estabilidade económica

Antiguinho: Na sua perspetiva, o que significa, na prática, uma pessoa ser financeiramente literada? Que conhecimentos e comportamentos considera fundamentais?

Cristiana Cerqueira Leal: É interessante que me faça essa pergunta, incluindo não só uma perspetiva de conhecimento, mas também de comportamento porque, efetivamente, a literacia financeira deve traduzir-se em comportamentos informados que melhorem o bem-estar financeiro. A OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico] define-a como a combinação de consciência, conhecimentos, competências, atitudes e comportamentos financeiros necessários para tomar decisões financeiras sólidas, o que é concetualmente importante, porque não reduz a literacia financeira ao conhecimento financeiro e a orienta para o resultado final de bem-estar financeiro. Na mensuração da literacia financeira, a OCDE centra-se fundamentalmente nas dimensões do conhecimento, atitudes e comportamento. Ou seja, para além dos conhecimentos básicos para tomar decisões informadas, é necessário ter a predisposição para os aplicar e que isso se traduza efetivamente na forma como os indivíduos gerem as suas finanças, por exemplo, elaborando um orçamento, poupando e planeando a longo prazo.

Que fatores explicam as maiores dificuldades que as pessoas sentem em poupar e em tomar decisões financeiras informadas?

Há uma ideia que considero particularmente importante: "não poupar" e "não ter capacidade para poupar" não são a mesma coisa. Isto é central quando se liga a poupança à literacia financeira, porque evita atribuir a diferenças de conhecimento ou comportamento àquilo que pode resultar, sobretudo, de uma restrição orçamental. A taxa de poupança das famílias em Portugal é atualmente inferior à da área do euro. De acordo com dados do Eurostat relativos ao segundo trimestre de 2026, situava-se em cerca de 11,6 por cento em Portugal, enquanto na área do euro era de 14,2 por cento. Esta diferença poderá estar associada, entre outros fatores, a níveis mais baixos de literacia financeira, mas deve ser analisada fundamentalmente à luz da baixa capacidade objetiva de poupança. Em 2024, o Banco de Portugal reportava que 57 por cento dos agregados familiares declaravam pelo menos alguma dificuldade em chegar ao fim do mês, face a 44 por cento na área do euro. Isto sugere que, para uma proporção significativa das famílias portuguesas, a baixa poupança não pode ser interpretada apenas como resultado de preferências mas de uma capacidade efetivamente limitada para gerar rendimento disponível para poupar após as despesas correntes. Neste contexto, aumentos do custo de vida que não sejam acompanhados por uma evolução proporcional dos rendimentos tendem a comprimir ainda mais a margem disponível para poupança e a aumentar o "stress" financeiro.


Cristiana Cerqueira Leal é docente na Universidade do Minho

Que impacto podem ter os hábitos de poupança individuais não só no bem-estar das famílias, mas também na economia e na sociedade em geral?

Os hábitos de poupança têm efeitos que ultrapassam o bem-estar individual. Ao nível das famílias, a poupança aumenta a resiliência financeira, reduz a dependência de crédito e permite enfrentar choques de rendimento e despesas inesperadas. Ao nível da economia, a poupança constitui uma fonte de financiamento do investimento, podendo apoiar a criação de capital, a atividade empresarial e o crescimento económico, reduzindo a dependência de financiamento externo. Existe ainda uma dimensão social importante: como a capacidade de poupar é muito desigual entre famílias, diferenças persistentes na poupança podem traduzir-se em diferenças crescentes na acumulação de riqueza e vulnerabilidade financeira. Por isso, a poupança deve ser vista não apenas como uma escolha individual, mas como um elemento relevante para a estabilidade financeira das famílias e o financiamento da economia.

De que forma a literacia financeira deve ser trabalhada nas escolas e junto dos mais jovens? E que papel devem ter as famílias nesse processo?

A socialização financeira desde a infância é fundamental para consolidar conhecimentos, atitudes e comportamentos que tendem a acompanhar os indivíduos ao longo da vida. A literatura mostra que a socialização parental tem um papel particularmente relevante, através do exemplo, das conversas sobre dinheiro e da participação das crianças e jovens em decisões financeiras adequadas à sua idade. Contudo, estas práticas variam muito entre famílias e dependem também dos próprios níveis de literacia financeira dos pais. Por isso, a escola assume um papel central, ao permitir que todos os jovens tenham acesso a competências financeiras básicas, independentemente do seu contexto familiar. A Comissão Europeia e a OCDE/INFE desenvolveram um referencial de competências financeiras para crianças e jovens dos 6 aos 18 anos, adotando uma perspetiva ampla que inclui não apenas conhecimentos financeiros tradicionais, mas também finanças digitais, sustentabilidade e empreendedorismo.

Em Portugal, a educação financeira é um dos domínios da educação para a cidadania e existe, no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira, um Referencial de Educação Financeira destinado a apoiar a sua implementação em contexto escolar. É central que este ensino não se limite à transmissão de conceitos, mas desenvolva competências práticas: gerir um orçamento, poupar, compreender o crédito e os juros, avaliar riscos, reconhecer fraudes e tomar decisões financeiras informadas.

É docente na Universidade do Minho e está ligada ao Programa Executivo em Literacia Financeira para Empresários e Investidores. Acha que um dos caminhos para se melhorar a literacia financeira transversalmente na sociedade portuguesa passa por apostar na formação direcionada a grupos de atividade / académicas?

Sim, a literacia financeira deve ser reforçada de forma transversal e acompanhar a formação ao longo da vida no sentido de adaptar os conteúdos às necessidades de diferentes públicos e contextos. Na Universidade do Minho, além do Programa Executivo em Literacia Financeira para Empresários e Investidores, dirigido a públicos externos à Universidade, comecei, no ano letivo de 2025/26, a lecionar uma Unidade Curricular de Literacia Financeira oferecida a todos os estudantes. Este ano letivo, no âmbito de uma nova Unidade Curricular de Promoção da Saúde Mental e do Bem-Estar no Ensino Superior, é também incluído um módulo dedicado à literacia financeira. Tal resulta do reconhecimento de que o "stress" financeiro pode afetar significativamente o bem-estar dos estudantes e de que a inclusão e a resiliência financeiras são elementos importantes para a sua estabilidade pessoal e qualidade de vida. Entendo estas iniciativas como uma forma de exercer responsabilidade social através da oferta formativa da Universidade do Minho, contribuindo para o reforço da literacia financeira na sociedade.

SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE IMPRESSÃO
234 34 70 74
ID.IDENTIDADEDIGITAL@GMAIL.COM
ID
www.id-identidadedigital.com

ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO

Antiguinho

ISCA-UA: um espaço de aprendizagem ao longo da vida

Francisco Picado
Diretor do ISCA-UA



Se há quem conheça verdadeiramente a Universidade de Aveiro (UA) são os seus alumni. Mais do que qualquer "ranking" ou indicador, são os antigos estudantes que melhor ilustram aquilo que é viver a UA. E os alumni do ISCA-UA são disso um excelente exemplo. Levam consigo esta experiência para empresas, serviços públicos, associações e "startups", em Portugal e pelos quatro cantos do mundo. Sempre que um alumnus lidera uma equipa, apoia uma decisão ou contribui para a sua comunidade, é também o ISCA-UA - e com ele a UA - que se afirma na sociedade. E isso é motivo de enorme orgulho para todos nós.

Mas o mundo não para. Durante muito tempo, acreditou-se que a conclusão de um curso encerrava o ciclo da formação. Esse tempo acabou. Hoje, aprender ao longo da vida deixou de ser uma opção para se tornar uma verdadeira necessidade. E não estão em causa apenas as competências técnicas, que se desatualizam a um ritmo cada vez mais acelerado. Estão igualmente em causa as competências pessoais: comunicar, trabalhar em equipa, adaptar-se à mudança, pensar de forma crítica, lidar com a incerteza. São estas que nos permitem crescer enquanto profissionais e, acima de tudo, enquanto pessoas e cidadãos.

A tudo isto soma-se a inteligência artificial (IA). A IA já faz parte do nosso quotidiano e está a transformar profundamente a forma como trabalhamos, decidimos e aprendemos. Há funções que se reinventam, outras que surgem de um dia para o outro, e todos somos chamados a atualizar-nos em permanência. A boa notícia é que ninguém tem de percorrer este caminho sozinho.

No ISCA-UA, em sintonia com a Universidade de Aveiro, estamos atentos a esta realidade. Temos plena consciência de que hoje não podemos voltar a deixar de estudar e aprender. É por isso que o ISCA-UA tem vindo a construir uma oferta formativa desenhada "de fora para dentro". Na prática, isto significa que os nossos cursos, sejam eles microcredenciais, pós-graduações ou mesmo mestrados, não nascem fechados sobre si próprios. Partem da auscultação das organizações, com quem trabalhamos lado a lado, num processo de colaboração e cocriação que resulta em formações ajustadas a necessidades reais e com impacto efetivo.

Queremos, contudo, ir mais longe e contar também com a voz dos alumni, do ISCA-UA e de toda a UA. Que competências sentem necessidade de desenvolver? Que desafios enfrentam no exercício das suas funções? Que formação gostariam de encontrar no ISCA-UA? Ninguém está em melhor posição para nos ajudar a perceber aquilo que a sociedade e as organizações hoje exigem. Estamos disponíveis para ouvir e transformar esses contributos em respostas concretas.

Fica, por isso, o convite para regressar. Seja para uma formação de curta duração, uma pós-graduação, um mestrado ou simplesmente para uma conversa sobre novos projetos, as portas do ISCA-UA estão sempre abertas.

Porque quem passa por aqui nunca sai verdadeiramente. Uma vez parte da família UA, UA para sempre!

Sage

O talento do futuro constrói-se hoje

Aprender hoje para liderar a mudança amanhã.

Num mundo transformado pela tecnologia e pela inteligência artificial, preparar o futuro exige mais do que conhecimento técnico. Exige literacia financeira, competências digitais, pensamento crítico e capacidade de adaptação.

Na **Sage**, aproximamos ensino, talento e empresas para contribuir para o desenvolvimento das competências que vão moldar a economia do futuro.



Literacia para decidir: do dinheiro à inteligência artificial

João Rui Ferreira
Secretário de Estado da Economia



Na Universidade de Aveiro, como estudante de Engenharia Química, aprendi que uma boa decisão começa por compreender o processo antes de o tentar otimizar. A literacia financeira assenta no mesmo princípio: saber ler um orçamento, comparar opções e avaliar riscos antes de decidir.

O Dia Mundial da Poupança é uma boa ocasião para o lembrar. A literacia financeira é, muitas vezes, reduzida à arte de poupar. Mas poupar é apenas o primeiro passo. O que cria riqueza é saber onde investir o que se poupou. E essas decisões, nas famílias como nas empresas, são cada vez mais apoiadas por ferramentas de Inteligência Artificial (IA). Quem as sabe usar decide melhor. Quem não sabe fica para trás. A literacia financeira do nosso tempo inclui, portanto, literacia em IA. Saber usá-la, e saber questioná-la, passou a ser uma competência económica básica.

Nas empresas portuguesas, essa lacuna é evidente. Apenas 11,5 por cento utilizam inteligência artificial, um pouco mais de metade da média europeia. Nas grandes empresas, a adoção chega a quase metade. Nas pequenas, não passa de uma em cada dez. E a razão mais apontada não é o custo nem a regulação, embora também pesem. É a falta de conhecimento. O atraso português não é tecnológico. É de literacia.

Um problema de literacia resolve-se com conhecimento, e é por aí que o Governo pretende avançar. O Programa PME Digital+, do IAPMEI e com o apoio do COMPETE, vai levar a todo o país exemplos concretos do que a IA pode fazer por cada empresa. Segue-se a capacitação: um programa nacional, que está em preparação, para formar 100.000 trabalhadores de PME, que arrancou com um piloto em Leiria. Por fim, o investimento. Quando o Banco Português de Fomento abriu uma linha de apoio à IA nas PME, a procura foi dez vezes superior à dotação inicial. As empresas portuguesas não recusam a inovação. Precisam de saber por onde começar.

O objetivo não é apenas tecnológico. Uma PME que domina a IA produz mais e melhor, gere melhor a sua tesouraria, antecipa riscos, reduz custos e decide com mais informação. Ou seja, poupa melhor e investe melhor. O mesmo vale para as famílias. Um assistente de IA pode comparar créditos ou simular uma reforma, mas não responde pelo conselho que dá. Saber de onde vem a resposta, e quando desafiá-la, é hoje parte da literacia financeira. É aqui que as duas literacias se encontram. A poupança só gera prosperidade quando se transforma em bom investimento, e investir bem exige conhecimento.

Aveiro reúne condições únicas para liderar esta transição: uma universidade de referência, um tecido empresarial relevante e uma tradição sólida de ligação entre conhecimento e empresas. Conto com a Universidade, com os seus antigos alunos e com os empresários da região para fazer da literacia, financeira e digital, uma vantagem competitiva do país.

Aveiro reúne condições únicas para liderar esta transição: uma universidade de referência, um tecido empresarial relevante e uma tradição sólida de ligação entre conhecimento e empresas